

A Fundação do Ser Sexual

The Foundation of the Sexual Being

ARTIGO

Gabriel Engel Becher**Resumo**

O fenômeno da sexualidade, cujo estudo é historicamente consagrado por teorias explicativas dualistas, pertence ao domínio do ser em geral. Daí a necessidade da fundação a priori da experiência sexual enquanto possibilidade inerente à condição humana. Primeiramente, revisitamos as ciências dos séculos XIX (a obra de Krafft-Ebing e os modelos neurobiológicos da resposta sexual) e XX (a psicanálise de Freud), e, na outra ponta do espectro epistemológico do tema sexual, a literatura de Kenzaburo Oe. Então, nomeamos o capítulo V da Fenomenologia da Percepção, de Merleau-Ponty, como escrito de fundação do ser sexual. Em método fenomenológico, o autor concebe a sexualidade como forma intencional original, ancorada pré-reflexivamente na consciência e condicionada pela intersubjetividade corporal. A concepção do ser sexual, afinal, aponta para a ligação (de significação) entre existência e sexualidade. Por fim, como evidência e via de acesso ao ser sexual, apresentamos dois quadros de aplicação da fenomenologia da sexualidade na psicopatologia.

Palavras-chave: Fenomenologia; Sexualidade humana; Psicopatologia; Ser sexual

Abstract

The phenomenon of sexuality, traditionally studied by dualistic explanatory theories, is of the domain of being in general. Hence the need for an a priori foundation of sexual experience as a possibility inherent in the human condition. Firstly, we revisit the sciences of the 19th (Krafft-Ebing's work and neurobiological models of sexual response) and 20th centuries (Freud's psychoanalysis), and on the other end of the epistemological spectrum of sexuality, Kenzaburo Oe's literature. Then, we designate chapter 5 of Merleau-Ponty's Phenomenology of Perception as the foundational writing of the sexual being. Using the phenomenological method, Merleau-Ponty conceives sexuality as an original intentional form, pre-reflectively anchored in the consciousness and conditioned by corporeal intersubjectivity. The conception of the sexual being points to a (signification) link between existence and sexuality. Lastly, as evidence of and access way to the sexual being, we present two application cases of sexuality phenomenology in psychopathology.

Keywords: Phenomenology; Human Sexuality; Psychopathology; Sexual Being

Publicado pela Sociedade Brasileira Psicopatologia Fenômeno-Estrutural (SBPFE)

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CC BY nc 4.0.



Psicopatol. Fenomenol. Contemp.
2023, v. 12 n. 2: Edição especial

Publicado Online
31 de agosto de 2023
<https://doi.org/10.37067/rpfc.v12i2.1135>

Gabriel Engel Becher

Psiquiatra e psicoterapeuta pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da FMUSP (IPq-HCFMUSP). Filósofo pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP). Membro da Sociedade Brasileira de Psicopatologia Fenômeno-Estrutural (SBPFE).

Psychiatrist and psychotherapist from the Psychiatry Institute at the USP School of Medicine's Hospital of Clinics (IPq-HCFMUSP). Philosophy graduate from the USP Faculty of Philosophy, Languages and Human Sciences (FFLCH-USP). Member of the Brazilian Society for Phenomeno-Structural Psychopathology (SBPFE).

Introdução

O fenômeno sexual se confunde com a história do homem sobre a Terra. As tentativas ordenadas para sua apreensão são, por conseguinte, tão plurais quanto são as possibilidades de ser no mundo. Uma das vias de elaboração metodológica acerca da sexualidade, enquanto conceito concernente aos movimentos empíricos de natureza erótica-amorosa, dá-se pelo diverso da experiência sexual – neste caso, pela experiência sexual patológica. Assentado sobre a potencialidade humana de exprimir sua sexualidade em um mundo de relações, o adoecimento sexual intriga e desafia os sujeitos – em última instância, sujeitos sexuais eles próprios – na multiplicidade dos campos do conhecimento. Assim, ainda antes de nos debruçarmos sobre a possibilidade mesma de ser sexual inerente à condição geral de ser (tarefa da ontologia), há que se iluminar alguns rincões por onde circula a curiosidade do homem acerca das vivências sexuais (tarefa dos corpos do conhecimento ocupados da contingência humana, dos modelos teóricos aos estéticos), dentro dos quais se domicíliam as categorias patológicas da sexualidade (tarefa da psicopatologia). Aqui, selecionamos um dipolo epistêmico, que não se poderia aparentar mais díspar entre seus componentes: a ciência dos anos finais do século XIX e iniciais do século XX no Ocidente, e a literatura japonesa contemporânea.

Entre as neurociências e a psicanálise: teorias modernas da sexualidade

Historicamente, o adoecimento sexual humano habita um lugar epistemológico entre teorias.

Avancemos pelo primeiro tópico. Em 1886, o psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing publica a obra *Psychopatia Sexualis*, marco zero do estudo da sexualidade no campo da Psiquiatria. Trata-se de uma classificação taxonômica extensa dos instintos e dos comportamentos sexuais ditos desviantes (em relação à norma daquela sociedade, embebida em seu recorte histórico específico). As categorias arroladas são agrupadas segundo sua origem orgânica ou psíquica. Em primeiro lugar, são descritas as “neuroses espinhais”, correspondentes às patologias fisiológicas das fases sexuais da ereção e do orgasmo masculinos; na sequência, são postuladas as “neuroses cerebrais”: i) a anestesia e seu inverso; ii) a hiperestesia, i.e., as disfunções primárias do instinto sexual, que pode estar reduzido/ausente ou aumentado; iii) as

parestésias, molde das atuais parafilias (rótulo das vivências sexuais não-convencionais segundo referencial criteriológico da psiquiatria contemporânea), ou das perversões sexuais (segundo jargão consagrado das ciências psicológicas explicativas do comportamento humano); e iv) a paradoxia, correspondente à manifestação inesperada de comportamento sexual em faixas de idade destituídas de substrato fisiológico para tal, i.e., na infância e na velhice. Nota-se que a formulação terminológica das categorias de Krafft-Ebing tem como centro de gravidade o radical grego *aisthesis*, destacando a sensorialidade corpórea como determinante da polifonia das vivências sexuais. Não ao acaso, trata-se do mesmo elemento que tinge o olhar (neuro)científico vigente sobre a sexualidade humana.

A referida obra pode ser caracterizada, por um lado, como um bastião clássico da psiquiatria moral, dada a oferta de descrições oriundas da clínica psiquiátrica ao exercício das leis (afinal, Krafft-Ebing expendeu sua tinta para ser lido pelos juristas de seu tempo), em chave dualista-organicista (i.e., assumindo a cisão corpo-mente como premissa, de tal modo que as funções orgânicas prevaleçam sobre as psíquicas como determinantes do comportamento humano). Há que se considerar que o contexto histórico da publicação é o do Positivismo científico e moral, de Auguste Comte, movimento cuja bandeira propagou o enlevo do método científico explicativo, fiel à presumida supremacia do modelo axiomático das ciências naturais, bem como a pauta conservadora como guia moral para uma sociedade.

Por outro lado, seu texto evidencia um fazer clínico das desventuras da sexualidade alicerçado na fisiologia do corpo humano. Tal caráter é enfatizado por outras concepções teóricas contemporâneas à obra de Krafft-Ebing, como a do britânico Havelock Ellis. Em escritos de 1897, Ellis caracterizou a resposta sexual humana segundo as fases de tumescência e detumescência, correspondentes aos vetoriais psicofísicos de direções ascendente e descendente, como contínuos de liga-desliga das partes do corpo e do espírito em ações de natureza sexual. Avançando no tempo da ciência, pode-se dizer que tal acepção represente a mesma corrente epistêmica que embasa os modelos neurobiológicos da resposta sexual atualmente em vigor: os ciclos de resposta sexual masculina (descrito em 1966 pela dupla Masters e Johnson, e modificado por Helen Kaplan em 1979) e feminina (proposto por Rosemary Basson em 2001, com a ampliação do debate sobre a sexualidade feminina em toda sua complexidade). Tal corrente teórica se ancora, em última instância, no

modelo epistemológico Empirista, que laureia a práxis, e pelo qual a fonte do conhecimento é a experiência segundo tudo aquilo que é informado pelo exterior real aos sentidos do corpo humano.

Prossigamos com o segundo tópico, alusivo aos volumes de Sigmund Freud e sua teoria psicanalítica – a inauguração das exposições freudianas sobre o caráter sexual das vivências no fluir da vida humana se deu nos *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, de 1905. Se não pelo pioneirismo científico, haja vista que a ciência positivista-empirista já se debruçava sobre as causas do adoecimento sexual e sobre o aparato anátomo-fisiológico sexual humano, o destaque da psicanálise se dá pelo protagonismo conferido à sexualidade em uma teoria de fundamentação clínica e alcance antropológico. A Psicanálise, contudo, ao elevar a psicosexualidade ao primeiríssimo plano na explicação dos fenômenos gerais da experiência humana, não se desfaz da sina de, como toda ciência explicativa, ser redutível a um modelo teórico (neste caso, alicerçado na representação simbólica), logo, segundo à realidade imediata. Não se deve despir a Psicanálise, entretanto, de inegável mérito epistemológico em lançar um olhar crítico e compreensivo às possibilidades existenciais das vivências sexuais.

Na referida obra, Freud também principia pela observação dos casos patológicos como via de acesso e evidência da experiência sexual adoecida. Como ponto de referência, tece seu conceito próprio das perversões: “A predisposição às perversões seria a predisposição geral original do instinto sexual humano, do qual se desenvolveria o comportamento sexual normal, em consequência de alterações orgânicas e inibições psíquicas no decorrer da maturação” (2016, p. 155). Pode-se depreender destas linhas um par de caracteres nucleares da metapsicologia freudiana: i) há ligação originária entre as experiências sexuais adoecidas e a totalidade das possibilidades sexuais individuais, por sua vez, acopladas à generalidade do espírito humano cravejado de instintos sexuais – em outros termos, há ligação entre sexualidade e existência; ii) a qualidade dessa ligação é causal, dada a vocação da Psicanálise em ser um modelo teórico explicativo no qual, fundamentalmente, a história sexual do indivíduo sustenta sua rede presente de experiências.

Daí que a conflagração da vivência sexual adulta decorreria primordialmente da integridade – ou dos percalços – do processo de desenvolvimento sexual (como

aquisição de maturidade sexual). A experiência sexual, para Freud, se poderia simbolizar na desembocadura de um rio, que pode tanto correr fluido, em curso natural, como padecer de interrupções e desvios. A psicopatologia psicanalítica está categorizada, justamente, pela arquitetura típica destes cursos possíveis. Daí também se poderia presumir intercambialidade de significação, ou, ao menos, sobreposição quase completa, entre sexualidade e existência. É a direção para a qual aponta a teoria do caráter esculpida por Freud em seus *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*: “O que chamamos de *caráter* de um indivíduo é, em boa parte, construído com o material de excitações sexuais” (2016, p. 165). Já que a personalidade seria fruto de uma construção psíquica de tijolos de experiências (psicossexuais), a teoria metapsicológica da representação pode ser epistemologicamente concebida como Intellectualista, pois aponta para a supremacia das funções do espírito ou do psiquismo humano, dispostas na geografia segmentar da consciência-inconsciência.

No contínuo das vivências sexuais, afinal, os homens modernos se empenharam em formular teorias capazes de explicar os fenômenos que observavam e que sentiam. Sob o feixe Iluminista-dualista, polarizaram o determinante causal dos comportamentos sexuais (normais ou patológicos) ou no corpo ou no psiquismo. Jamais se voltaram, entretanto, para o fundamento mesmo da sexualidade, para a própria fundação a priori da experiência sexual, para tudo aquilo que assegura a condição antropológica do ser. Faz-se necessário, portanto, forjar o *ser sexual*, nas camadas mais profundas da experiência humana – e aqui consideramos que seu mapa ontológico já fora desenhado. Antes de o explorarmos com esmero, é de interesse cruzar o globo pela nau da literatura.

O Homem Sexual, de Kenzaburo Oe: a existência sexual na literatura

Nos entrelaçamentos entre a arte e a vida no que tange à sexualidade humana, destaca-se aqui o conto 性的人間 (*seiteki ningen*), lançado em 1963 pelo romancista japonês Kenzaburo Oe em sua juventude literária. Traduzido em seu título como “O Homem Sexual” (*14 contos de Kenzaburo Oe*, 2011) – em sentido equivalente a “humano sexual”, ou ainda “ser sexual” –, trata de J., um perverso sexual, e da claqué de sujeitos que orbitam ao seu redor, sempre dispostos em cenas e cenários que

exalam notas sexuais acentuadamente libertinas, irresponsáveis e até mesmo antiéticas. Tais personagens são sempre descritas por seus aspectos sexuais, com vistas a vincular a clausura de suas existências sexuais adoecidas (logo incapazes de realização plena no Mundo da Vida) a elementos da existência cultural (mais especificamente à moléstia social de uma coletividade japonesa decadente no período pós-Guerra) e à própria condição humana em totalidade. Tomemos alguns exemplos *ipsis litteris*:

i) Sobre J., lançado ao desafio de entrihar a própria vida após o suicídio de sua primeira esposa: “Depois da morte da primeira esposa, tinha se tornado incapaz de abordar o mundo real. Ainda assim, ele se apegava à ideia de um pequeno mundo sexual à moda dele, da mesma forma que uma ostra se agarra à rocha. Acreditava ser esse o único caminho que daria sentido para o resto da própria vida.” (p. 273);

ii) Sobre Keiko Sawa, a jovem e imatura cantora de jazz com quem J. mantém uma relação extraconjugal: “Se característica havia nesta moça de dezoito anos, seria a de exibicionista, a marcá-la fortemente como individualidade e a humanizá-la.” (p. 258);

iii) Sobre o poeta que escalava a perigosa encosta de importunar mulheres no transporte público, com crueldade progressiva, a fim de compor uma peça lírica visceral: “Será que este rapaz é um molestatador de mulheres de verdade? Quero dizer, será que ele não consegue ser nada além [de] um molestatador enquanto ser humano?” (p. 296).

Mais que simplesmente descrever pessoas por sua silhueta sexual – o que já não é trivial, e aponta para a espessa fatia que a sexualidade ocupa na consciência –, a narrativa engenhosamente aponta para camadas de compreensão mais profundas, sustentáculos da sexualidade na totalidade da existência humana. Como exemplo, o excerto que investiga a gênese da disposição sexualmente perversa na consciência de J.:

Certa manhã, J. decidira de súbito tornar-se molestatador de mulheres. Na época, andava num mundo bem distante do sexual ou, em outras palavras, sentia-se premido por um desejo de autopunição “antisssexual”, por assim dizer. Ao mesmo tempo, J. se sentia presa de sintomas de excitação sexual, algo como uma sede violenta. Contudo, nessa conversão inicial, J. não tinha plena consciência do monstro de duas cabeças que existia dentro de si. (2011, p. 306)

No trecho, Oe, romancista com vocação a filósofo – humanista por excelência –, persegue o problema da causa eficiente do exercício da sexualidade. Seria produto de negociação e sentença pela consciência, como uma solução em comum acordo entre suas partes e de suas partes com o todo corporal, tal qual aventam as teorias da sexualidade de base empirista ou intelectualista? Ou estaria pré-reflexivamente presente na própria estrutura de ser do homem, i.e., ligada à condição antropológica mesma?

Não há exagero em afirmar que, ao redor da densidade psíquica de suas personagens, o texto de Oe é capaz de produzir questionamentos em chave fenomenológico-existencial. Reparemos, primeiramente, na ponderação do arrojado poeta frequentador dos transportes públicos:

Se a morte é a única coisa capaz de revelar o sentido da vida, quero morrer o mais rápido possível. Se o perigo de ser preso é um dos elementos definitivos da essência do molestar, aquele que exclui tal elemento é, no final das contas, um falso molestar, não é real. Esse tipo acaba não sendo nada, logo vai sentir um tédio tremendo. (p. 316).

Acessemos, então, em suas entrelinhas, um modesto argumento – do qual se pode extrair certa conclusão de vastas e audazes proporções: a legitimidade da vivência sexual adoecida (o ato de molestar) está ligada à realização de sua essência (o ser molestar), situada no mundo compartilhado (cuja manifestação fenomênica é o juízo de sua inadequação, expresso pela delimitação legal, socialmente sancionada, de um crime passível de enclausuramento). Essa essência, em última análise, está ligada à própria estrutura de ser tal qual a morte dá sentido à vida (lembramos, afinal, do ser-aí que é sempre ser-para-a-morte, como sentenciou Heidegger em *Ser e Tempo*). Portanto, deve haver uma região de ser que é ser sexual.

Adicionalmente, cabe apresentar um dado biográfico de Kenzaburo Oe que robustece a detecção de pinceladas fenomenológico-existenciais no grande quadro de *O Homem Sexual*: o autor se graduou nas cadeiras de literatura francesa da Universidade de Tóquio. As pontas do Ocidente e do Oriente assim se unem no ícone de um autor japonês, que em sua escrita jamais abandona as raízes nipônicas, mas que fora forjado no ideário existencialista continental do pós-Guerra. Pode-se suspeitar, pois, que as questões existenciais atreladas à sexualidade, tão presentes no conto de Oe, já habitavam o imaginário francês da época entreguerras. Para além de tais aspectos periféricos, há um aspecto central da fusão dos conceitos ontológicos

implícitos na narrativa de Oe aos textos metodológica e rigorosamente filosóficos do século XX: a sexualidade (enquanto possibilidade sexual) se liga, em essência, à condição antropológica do homem. Enfim, o *ser sexual* deve ser fundado.

A fenomenologia primeira do ser sexual

A fundação fenomenológica do ser sexual resplandece no capítulo V da *Fenomenologia da Percepção*, de Merleau-Ponty: “O corpo como ser sexuado”. Datado do ano de 1945, entremeia o inusitado diálogo supracitado ao se situar cronologicamente a posteriori das teorias explicativas do fim do século XIX e início do XX, e a priori da literatura de juventude de Kenzaburo Oe. Mais que somente tecer elos entre as tábuas conceituais que já haviam versado sobre o tópico, o texto merleau-pontyano, na condição de pertencer a uma obra-bastião da fenomenologia transcendental, reposiciona com rigor filosófico o debate acerca da sexualidade humana – ao ponto de se instituir, conforme aqui se conjectura, como seu centro gravitacional. Há que se salientar que a acepção com a qual desejamos trajar o termo *fundação* é bivalente: i) *historicamente*, como marco zero, *première* da abordagem de uma temática – ou, pelo menos, inauguração de um território de discussão específico acerca de uma temática corrente; ii) *epistemologicamente*, como fundamento, sustentáculo de um objeto do pensamento ou conceito. Isto posto, qualquer compreensão do ser sexual, com vistas a assegurar a possibilidade de sua aplicação em qualquer campo de conhecimento racional (leia-se aqui a própria possibilidade de instanciação das vivências sexuais, eróticas e amorosas – convencionais ou não convencionais), deve prestar contas ao famigerado capítulo V. Prossigamos, então, com uma leitura crítica junto ao texto, respeitando sua forma e seu conteúdo e, quando necessário, adicionando vias colaterais como argumentos originais, comentários esclarecedores na rarefeita literatura fenomenológica pré-existente, ou exemplos diversos e aderentes à substância do ser sexual.

Como dito, o capítulo que analisamos ao mesmo tempo habita e exprime a linhagem fenomenológica por meio do movimento metodológico de “reposição das essências na existência”¹. Assim, no contínuo da edificação de uma “fenomenologia

¹ Ver o Prefácio da *Fenomenologia da Percepção* para melhor entendimento do lócus filosófico da fenomenologia segundo Merleau-Ponty.

para nós”, como disposta pela sequência da obra completa de Merleau-Ponty, versa sobre a existência dos objetos para nós – em oposição à realidade dos objetos em si mesmos, fórmula de uma predecessora filosofia do *Cogito* –, no espaço e pelo corpo. Nesse ínterim, destaca-se o meio afetivo-sexual, como certo setor da experiência que só tem sentido e realidade para nós, i.e., que só existe na medida em que é experimentado por um sujeito em relação. Atentemo-nos, aqui, a esta primeira referência à experiência sexual como região de uma existência total, elemento cabal à delimitação *hermenêutica* do ser sexual como vestígio e presença do ser em geral. Com isso, Merleau-Ponty pode enunciar o objetivo global do texto que, ao mesmo tempo que contribui com a estruturação de um método fenomenológico geral, soergue a possibilidade distintiva e essencial de ser como ser sexual – o que nos interessa particularmente: “procurar ver como um objeto ou ser põe-se a existir para nós pelo desejo ou pelo amor, e através disso compreenderemos melhor como objetos e seres podem em geral existir” (2015, p. 213).

Pelos modelos científicos correntes, a vida afetivo-sexual é entendida como um mosaico composto de afetos (quer sejam instintivos ou reativos) explicáveis pela organização corporal, i.e., segundo representações de ideias (teorias de base intelectualista) ou segundo vias neurais (teorias de base empirista); consecutivamente, os conceitos de sexualidade oriundos destes sistemas teóricos guardam alguma distância da experiência afetivo-sexual direta, ao serem a ela secundários, necessariamente. Merleau-Ponty, desta forma, se insere na dialética clássica da produção de conhecimento teórico oriundo da experiência (empirismo versus intelectualismo), para logo dela se retirar. Note-se: não no sentido de se apresentar como a-teórico, senão de posicionar seu aparato filosófico, imediato à experiência pelo signo da percepção, para além de toda teoria – ou melhor, prévio à própria possibilidade de elaboração teórica. Assim, pode-se dizer que a afetividade não é, usualmente, tomada por *modo original* de consciência – e é formalmente este o estopim da revolução epistemológica do ser sexual. Como exemplo da necessidade de se transcender o modelo explicativo das vivências de natureza sexual, o filósofo nos oferece o argumento da “inércia sexual” do desafortunado Schneider, ferido de guerra ao qual se faz referência recorrente no interior da obra, protótipo de indivíduo doente por lesão cerebral. Se satisfatórias fossem as teorias orgânicas da sexualidade humana, inversamente aos dados obtidos empiricamente, dever-se-ia esperar a

liberação dos comportamentos sexuais (deduzida da hipótese de curto-circuito das vias neurais transmissoras do tato e do prazer) ao invés do observado retraimento do ciclo sexual. Schneider, afinal, já não se sente excitado quando submetido a contextos intuitivamente sexuais; pode até manifestar reações corporais presumíveis, como a ereção, já destituída de significação sexual.

É nesta esteira que, diacronicamente, a partir da experiência sexual adoecida, Merleau-Ponty finca a pedra fundamental da estrutura sexual do ser:

A patologia põe em evidência, entre o automatismo e a representação, uma zona vital em que se elaboram as possibilidades sexuais do doente (...). É preciso que exista, imanente à vida sexual, uma função que assegure seu desdobramento, e que a extensão normal da sexualidade repouse sobre as potências internas do sujeito orgânico. É preciso que exista um Eros ou uma Libido que animem um mundo original, deem valor ou significação sexuais aos estímulos exteriores e esbocem, para cada sujeito, o uso que ele fará de seu corpo objetivo. É a própria estrutura da percepção ou da experiência erótica que está alterada em Schn. (2015, p. 215)

Em outros termos: cabe assumir que o corpo objetivo (centro a partir do qual foram disparadas as diversas teorias da sexualidade aqui reunidas pela dicotomia empirista-intelectualista), integrado à referida totalidade afetiva, está subsumido a um esquema sexual – que se revela nas vivências eróticas, pertinentes à superfície fisionômica-estética do mundo das relações, e que se acentua e se condensa nos órgãos genitais e nas zonas corporais erógenas. No doente, “a percepção perdeu sua estrutura erótica, tanto segundo o espaço como segundo o tempo” (p. 216), em que se considere tal estrutura como modo de percepção distinto da percepção objetiva, como gênero de significação díspar da significação intelectual, como intencionalidade que não é pura consciência de algo (qualquer). Na jurisdição da percepção erótica, enfim abarcada como *intencionalidade original*, o desejo liga um corpo a outro corpo no mundo.

Após indicar suas formulações canônicas da estrutura sexual na medida em que precedem a viabilidade do conhecimento objetivo da sexualidade, e ainda antes de se haver com a obrigatoriedade de firmar seu argumento pela originalidade do ser sexual no diverso das possibilidades de ser-no-mundo (i.e., por aquilo que diferencia a possibilidade sexual individual de todas as demais possibilidades históricas de significação intramundana), Merleau-Ponty abre um canal dialógico direto com a

Psicanálise. Para o filósofo, Freud teria sido capaz de reintegrar a sexualidade, outrora reduzida às funções biológicas do corpo orgânico, ao ser humano. Portanto, ao invés de negar a Fenomenologia, a Psicanálise, referência epistêmica na investigação da sexualidade do homem, a robustece. Ao dar relevo à história sexual de um indivíduo (i.e., assumir os sintomas sexuais do processo de individuação como base psicopatológica das neuroses), acaba-se por fazer concessão a algo caro à Fenomenologia: na sexualidade, o homem projeta sua maneira de ser no mundo.

A referência ao artifício psicanalítico de alocar no desenvolvimento sexual os elementos causais do êxito e do revés existencial leva Merleau-Ponty a articular um duo de perguntas cabais à compreensão fenomenológica do tipo da ligação entre sexualidade e existência – que, se não resolve, já que o método fenomenológico se define pelo eterno estado de movimento, ao menos aponta para a fundação mesma do ser sexual. Em suma, a generalização da sexualidade pela Psicanálise implica que i) a existência inteira tenha significação sexual?, ou que ii) todo fenômeno sexual tenha significação existencial? Se i), então deveria haver sinonímia entre existência e sexualidade; se ii), então o malogro da sexualidade deveria implicar uma existência integralmente malograda. Nenhuma das asserções nos parece plenamente satisfatória, logo deve haver outro modo de estressar o problema. Ora, Merleau-Ponty afirma que “não se trata de diluir a sexualidade na existência, como se ela fosse apenas um epifenômeno” (p. 220). Trata-se, pois, de investigar a sexualidade, até mesmo de tentar assim defini-la, como *signo privilegiado*; ou seja, de apurar a relação de reciprocidade (em última instância de natureza linguística), no interior da experiência sexual, entre as vivências carnis e as psíquicas.

Este é o mote ideal para a irrupção do ofício psicopatológico no capítulo aqui tratado – ainda que já se tenha prestado referência aos comportamentos de Schneider como uma preliminar psicopatológica do próprio texto, podemos considerar que, apenas a esta altura, dispomos de elementos suficientes para atar seriamente as pontas entre a clínica e a ontologia. Ora, em se tratando de uma peça filosófica, há plausibilidade em se orientar por dados empíricos para a fundamentação de um saber ontológico? Avancemos, pois, por algumas considerações acerca das condições da psicopatologia merleau-pontyana. Sabe-se que a fenomenologia de Merleau-Ponty abrange os construtos psicopatológicos para além de seu uso instrumental (ou seja, expor casos anormais da percepção como meros contraexemplos para a percepção

normal). O autor está, assim, interessado em acomodar as formas psicopatológicas da experiência humana dentro de um projeto fenomenológico mais geral (Fernandez, 2019). Dito de outro modo, na direção inversa da tradição psicopatológica fenomenológica – interessada na aplicação rigorosa do método filosófico-fenomenológico às vivências psicopatológicas verificáveis na clínica –, a psicopatologia merleau-pontyana trouxe a ciência psicopatológica à fundamentação de um programa rigorosamente filosófico, por sua vez, capaz de ampliar a acepção essencial estática e universal da consciência, como postulou a fenomenologia transcendental husserliana. O procedimento de Merleau-Ponty, por conseguinte, nos permite conceber a essência de uma estrutura particular, aqui notadamente da estrutura sexual, com vistas a desvelar o ser em geral. Cabe agora, como faz o filósofo ao nos introduzir a um caso exemplar da clínica psicológica, avançar sobre as *condições de possibilidade* desta estrutura particular – de tal sorte a assegurar seu estatuto de significação original entre as possibilidades da existência.

Apresenta-nos Merleau-Ponty: uma moça é impedida por sua família de se encontrar com o rapaz que ama, e desenvolve um quadro de afonia. Trata-se de uma revivência, posto que ela já se despedira de sua fala anteriormente, também na esteira de uma ocorrência traumática. Sob lente psicanalítica, tal panorama – como evento, repetição e tendência – só poderia decorrer da imobilização biográfica na fase oral do desenvolvimento psicosssexual. Quer dizer, o acontecimento de um sintoma no decurso de uma biografia (i.e., de uma existência empírica) deve ter a si atribuída uma significação sexual. Note-se que, pelo olhar psicanalítico, a relação entre a afonia e a esfera sexual é extrínseca – ou seja, no campo da linguagem, o signo é separado de seu significado –, tal que o segundo opera como cláusula explicativa do primeiro. Ora, Merleau-Ponty, interessado à maneira fenomenológica em reposicionar a relação entre signo e significado, a fim de redescobri-la intrínseca (intento que, diga-se, atravessará toda sua obra), reconstitui a afonia como “recusa à coexistência”. A relação de significação, assim, nada mais seria que uma relação gestáltica de expressão, pela qual o signo expressaria seu significado: a afonia expressa a recusa. Tomando-se a fala por fenômeno do compartilhamento da existência, do veto deliberado ao exercício do amor participa o veto pré-consciente do ato de falar. Posto que a significação sexual dos sintomas existenciais, à guisa psicanalítica, suscita a ligação dos sintomas às dimensões fundamentais da existência, estar afônico é para

além de não querer falar: é não poder falar. Afinal, só se pode recusar a fala em um mundo de significados sedimentados pré-condicionado pela *intersubjetividade*.

Analogamente, na esfera da comunicação sexual direta, estar impotente é não poder atualizar a potencialidade do ser sexual, algo com efeito distinto de escolher não se relacionar sexualmente quando por alguém não se interessa. O indivíduo em conflito conjugal que é incapaz de obter uma ereção diante de sua esposa, para tanto, lança mão de um ato da consciência que significa sua recusa à relação marital, em uma condição de intersubjetividade dada – afinal de contas, Merleau-Ponty invoca que “o doente nunca está absolutamente cortado do mundo intersubjetivo” (p. 226). Em sentido inverso, na seara das vivências sexuais normais, a expressão intersubjetiva dá a abertura erótica ao outro, no estrato fisionômico-estético do mundo (Zutt, 1974), alvorece no cortejo – formalização das etapas cerimoniais de aproximação entre sujeitos sexuais, rumo a graus crescentemente íntimos de disposição interpessoal –, e culmina no orgasmo – solução do encontro hedônico, estado de máxima potência dialética entre a fusão de corpos e, no transbordamento das fronteiras corporais materiais, a receptividade à alteridade (Becher e Hortêncio, 2022).

Guiado pela máxima de que um labor psicopatológico denuncia e instrumentaliza um labor terapêutico, Merleau-Ponty atesta que tão somente a reconciliação interpessoal, mais que o desvelamento cognitivo da origem da manifestação patológica, é capaz de pôr fim à impossibilidade sexual do doente. Na clínica da sexualidade humana, a premissa vigora para o tratamento de um indivíduo sexualmente interessado em crianças pré-púberes, ao mesmo tempo incapaz de cumprir sua sexualidade com seus pares: a restituição do normal e do convencional de suas manifestações sexuais se move pelo condicionamento dos vínculos interpessoais maduros, mais que pela revelação, ao claro da consciência, das inibições infantis que retiveram seu pleno desenvolvimento psicosssexual. Tal etapa pode até tomar parte na condução terapêutica, notadamente, como modo relacional instituído do pleno exercício da reflexividade – conforme à consciência adulta – entre doente e terapeuta. Tanto o “sintoma” como sua “cura”, assim, se situam mais abaixo da consciência objetiva.

A existência, para Merleau-Ponty, adquire sentido por ser *encarnada* – o corpo a simboliza na medida em que a realiza e, a cada vez, a atualiza. Sede da rede

intramundana de conexões entre sujeitos e objetos, o corpo atua como mediador da “sístole” e da “diástole” da existência (p. 227), i.e., intermediário dos movimentos, na coordenada espaço-temporal, de abertura ao outro e de fechamento anônimo e jamais completo em si mesmo. A estrutura se efetua no e pelo corpo, à proporção que se continua no tempo, e assim pode amadurecer. O corpo do indivíduo doente é a trava existencial de sua temporalização, e o bloqueia de se mover em direção ao amadurecimento; inversamente, o corpo curado é o canal da existência à redescoberta de seu estado de situação – como um rio que degela, e retoma o fluxo de suas águas rumo à foz. Nesse sentido, o ser sexual acaba por nunca se tornar “inteiramente uma coisa no mundo” (p. 228). Note-se aí a marca registrada do método fenomenológico merleau-pontyano no que diz respeito à qualidade da redução: sua necessária incompletude. Podemos depreender daí uma condição da efetivação da estrutura sexual intersubjetiva: ser declamada em um corpo que a sedia e a oportuniza, que é corpo sexual conforme circunscreve o aparato fisiológico e anatômico correlato (da periferia erógena ao centro nervoso), mas que a ele nunca se resume. É isto que caracteriza, na clínica da sexualidade humana, a especificidade da relação sexualizada com um objeto-fetichismo em detrimento da interação sexual com um corpo animado. Já que possibilidade sexual é inerente ao ser, ele é então capaz de intencionar em semântica sexual um objeto qualquer do mundo físico; logo, a experiência psicopatológica fetichista pode existir como complemento da vivência sexual inter-humana, i.e., entre corpos que encarnam consciências dispostas em inter-relação temporal. Em suma, pode-se tomar a existência corporal como fundação da própria possibilidade da presença no mundo, como “primeiro pacto” (p. 229). E pelo corpo, que é sempre corpo sexual, se está condenado a ser, de sorte tal que, a cada momento, o corpo exprime a existência – nesta que é para Merleau-Ponty uma relação de significação.

Após sua apresentação das condições *intersubjetiva* e *corporal* da existência sexual, ao nelas embutir o aparato espaço-temporal que a assegura, Merleau-Ponty arremata o argumento pela relação entre existência e sexualidade, e por seus modos: “A mesma razão que impede *reduzir* a existência ao corpo ou à sexualidade também impede *reduzir* a sexualidade à existência” (p. 230). Assim, tomado o corpo como metonímia da existência, tem-se que a dialética eu-outro, como tensão de partes que não cessam de se dirigir uma à outra, opere analogamente à do senhor e do escravo (tal como postulada por Hegel na indispensável *Fenomenologia do Espírito*). Ou seja,

possuir um corpo é poder ser visto como um objeto (i.e., o outro é meu senhor) e procurar ser visto como um sujeito (i.e., o outro é meu escravo). Ou, ainda, a corporeidade da psicopatologia se espectraliza na ambiguidade entre o corpo objetivo, empírico, objeto das ciências da natureza (o corpo que reage segundo os ciclos da resposta sexual, e que também pode ser fetichizado); e o corpo subjetivo, próprio, objeto da metafísica (o corpo que abriga o ser sexual, e que é passível de satisfação erótica). Assenta-se aí, inclusive, a máxima psicanalítica da totalidade das experiências sexuais, realizadas no corpo e dependentes de sua estrutura metafísica. Sexo é poder, como advogaria a biopolítica de Foucault, se e somente se sexo é poder-ser.

Encaminha-se na sequência a conclusão pela qual a sexualidade não é transcendida (i.e., diluída no drama geral, mero símbolo da existência) nem representada (i.e., totalizada como uma concatenação de representações inconscientes); “ela está constantemente presente ali, como uma *atmosfera* [grifo nosso]” (p. 232). Portanto, de algum modo, a sexualidade é sempre *fundo* na existência, e pode tornar-se *figura* tão logo suscitada por estímulo – a reação genital, entrada no ciclo fisiológico de resposta sexual, é o marco corporal desta transição. Por essa razão, mesmo “sem ser o objeto de um ato de consciência expresso, pode motivar formas privilegiadas de minha experiência” (p. 233). Merleau-Ponty pode então afirmar que a sexualidade é coextensiva à vida, i.e., onde há cinética vital, sempre há sexualidade potencial; e, finalmente, que “existe osmose entre a sexualidade e a existência” (p. 234). A indeterminação da existência, que se projeta transcendentalmente em direção a um sentido geral, permite que as situações sexuais adquiram em si uma significação mais geral – a existência nunca ultrapassa a sexualidade, ou seja, nunca supera a tensão dialética que a define. Um homem sem sexualidade pode ser concebido somente por abstração, já que não há organização corporal humana (organismo) sem aparelho e sem função sexual. O homem empírico possui uma essência, a qual partilha da sexualidade como possibilidade fundamental; e na sexualidade, como em cada uma de suas outras funções vitais, se realiza e atualiza continuamente.

O ser sexual já é texto: arremates sobre a ligação sexualidade-existência

Exposto com fidelidade o percurso que entendemos ter inaugurado o ser sexual na fenomenologia como campo filosófico – e, por conseguinte, fundamentado a conceituação do diverso das experiências sexuais nos terrenos empíricos e teóricos que abraçam a sexualidade como tema (tal qual o forro de um vestido que já permite reconhecer a peça quase-acabada como tal) –, é de interesse costurar, como adereços, algumas conclusões autorais, em problemáticas que teimam em escapar, como fios rebeldes, de um tecido coeso.

No projeto original da *Fenomenologia da Percepção*, Merleau-Ponty funda o ser sexual como que por circunstância, para então subsumi-lo, no apogeu de seu interesse filosófico, à essencialidade do ser. Ou seja, com vistas a percorrer e ligar a sexualidade (conteúdo com significação sexual) ao sentido geral (forma) da existência, batiza a apreensão fenomenológica da experiência sexual. Trata-se de participar a sexualidade do índice maior de submeter a contingência humana ao escrutínio fenomenológico, como cláusula de necessidade da própria existência (Fernandez, 2019). Afinal, a fundação merleau-pontyana do ser sexual não se presta a postular uma nova teoria da sexualidade. No limite, engaja-se em reposicioná-la como parte de uma empreitada filosófica de retorno aos fenômenos. Isso de modo a preparar as bases para uma investigação rigorosa da experiência sexual, pela demonstração dos ditos “prejuízos do mundo objetivo”, das lacunas conceituais das ilustres jornadas científicas que o precederam.

Em síntese, a condição de possibilidade *sine qua non* da experiência sexual é a *intercorporeidade*. Ora, sabe-se de antes que a totalidade significativa da existência se realiza e se desenrola em trama aprioristicamente intersubjetiva e corporal (haja vista a *Quinta Meditação Cartesiana* de Husserl, datada em 1931, que conclui pela intersubjetividade transcendental, i.e., que a subjetividade corporal se situa intersubjetivamente). Isto implica dizer que uma região original da existência, tal qual a existência ao todo, partilham dos mesmos requisitos de ser. Daí que definir a sexualidade não é senão artifício de linguagem para se abordar a existência que a contém? Ou mesmo que o itinerário do capítulo V da *Fenomenologia da Percepção* pode ser lido tão somente como espelho dos demais trechos da obra, emblemas equivalentes ao redor de um argumento central pela existência em geral? A fim de que

não se perca a fibra que assegura a tipicidade da sexualidade humana na trama fenomenológica, tomemos como tarefa filosófica última integrar os fragmentos constitutivos da qualidade da ligação entre sexualidade e existência – capaz de autorizar o ser sexual. Não que haja consenso a tal respeito na literatura fenomenológica clássica e contemporânea.

Em *O Caso Jürg Zünd*, espécime único na tradição psicopatológica fenômeno-estrutural a aludir à temática sexual, Binswanger é taxativo em afirmar que a sexualidade está “submetida à estrutura completa do Dasein”. Ao analisar daseinsanaliticamente um de seus emblemáticos pacientes esquizofrênicos (que, no curso de sua doença, manifestou vivências sexuais adoecidas), o autor se distancia da teoria psicanalítica por restituir a sexualidade ao primado da experiência humana. Entretanto, não o faz por abordá-la tal qual Merleau-Ponty, i.e., como modalidade original, relegando-a ao status de tema entre temas, ou seja, como fisionomia ordinária dependente de uma substância – a existência humana.

Já Martin Dillon, em artigo tão interessado quanto este no capítulo V da *Fenomenologia da Percepção* enquanto possibilidade de fundamentação da sexualidade em chave fenomenológica, considera insatisfatórios os escritos de Merleau-Ponty (Dillon, 1980). Apesar de sua eficácia em destronar a teoria freudiana da sexualidade como via de acesso hegemônica ao tema – senão única enquanto ciência psicológica –, os escritos de Merleau-Ponty são ditos inoperantes em oferecer uma conceituação positiva da sexualidade. Isto se deveria ao “princípio da indeterminação” (entre os termos de uma relação) que, segundo o autor, atravessa o argumento merleau-pontyano, e cujo efeito seria o de tornar indistinguíveis, por serem equivalentes, a significação sexual da significação existencial, em *reciprocidade* de expressão. No limite, portanto, a manifestação sexual estaria pareada a todo e qualquer fenômeno – e o estudo da sexualidade, a toda e qualquer ciência –, em uma existência que não se pode compartimentalizar.

Ainda que portador de uma posição antagônica à nossa, há que se reconhecer seu mérito em iluminar justamente o tipo da junção entre sexualidade e existência, para que se possa decidir sobre a possibilidade e a qualidade do ser sexual em relação ao ser em geral. Podemos, ao fim e ao cabo, entoar a máxima que Dillon também aceita: o elo de significação só se pode dar por intermédio de *fundação* (no sentido do

termo alemão *Fundierung*), que prediz hierarquia entre os termos da relação, i.e., de ancoragem de uma das partes, daquilo que se expressa (verbalmente), no fenômeno, naquilo que aparece. O ato de dizer “eu te amo” se assenta sobre a experiência do amor, e a compreensão dos termos expressos neste ato está alicerçada na sedimentação histórica e cultural do fenômeno amoroso. Nasce aí a possibilidade de definição da sexualidade pela existência, como região particular desta: a cultura está impregnada de significação sexual pré-reflexiva. A ocorrência da fundação do ser sexual se dá em uma relação de fundação linguística à maneira da *Fenomenologia da Percepção*. Mais que contingente, portanto, a possibilidade sexual da existência é essencial, e Merleau-Ponty a demonstra pela psicopatologia, pela instanciação do empírico no eidético, em um procedimento hermenêutico. O corpo sexuado é, afinal, a origem e a evidência da significação sexual da existência.

Conceitos em prática: contingências da experiência humana como evidências da estrutura sexual do ser

Como origem, como evidência e como via de acesso à fundação do ser sexual na existência co-corporal, o adoecimento sexual aponta para o adoecimento existencial. Analogamente, as contingências humanas investidas de significação sexual (patológicas ou não) só fazem desvelar a estrutura sexual de ser, na qual se alicerçam. Concerne descrever duas situações representativas, oriundas do mundo da vida, que por vezes se traduzem na vivência clínica. Como em todo ofício psicopatológico – da descrição à compreensão estrutural –, são mais que meras ilustrações: são o próprio impulso da produção deste artigo. Ainda que não tenham sido tratadas por Merleau-Ponty, entendemos que podem ser avaliadas à luz de seus conceitos. Interessa-nos, assim, arrematar por aquilo mesmo que tudo inicia.

i) Um indivíduo masculino de meia-idade comparece a um serviço de saúde sofrendo de compulsão sexual. Além de expor seus autorreferidos excessos em vivências sexuais solitárias e na insistente busca por compartilhá-las com toda sorte de parcerias, declara que “tudo aponta para sexo” sem cessar. Entre outros tópicos da entrevista, relata ter sido exposto a reiterados episódios de violação sexual em sua infância: “descobri o sexo antes mesmo de saber o que é sexo, o que sexo significa”.

Este caso inscreve certo elemento frequente na clínica psicopatológica da sexualidade humana: a correlação biográfica entre o abuso sexual infantil e as vivências sexuais compulsivas na vida adulta. Não nos furtaremos de lançar uma hipótese fenomenológica para este fenômeno: trata-se primariamente de uma abertura precoce do campo vivencial sexual. A partir dela, acaba-se por impor significação sexual explícita às vivências pluripotentes, como uma expansão pervasiva da possibilidade da vivência erótica: o mundo interativo insiste em receber coloração sexual. Assim, tão logo o indivíduo passa a dispor de corpo físico maduro e do arcabouço deliberativo da consciência, a via de significação sexual das vivências torna-se preferencial, mais “à mão”. A complexidade do outro-humano, aqui reduzido a objeto sexual, parcializa-se na totalização tirânica de uma só região da consciência do eu, que tinge sua identidade, tal qual gota de sangue em tonel de água, sem jamais evanescer em plena realização. Processo este, de espraiamento da significação sexual do mundo, experimentado pelo próprio indivíduo, ao ter sua meninice (que já é, para todo humano, ser sexual em potência) capturada pela sexualização precoce (ser sexual atualizado). Ora, a compulsão sexual só se fenomeniza em uma estrutura sexual a priori – o ser deve poder-ser sexual para ser preferencial e restritamente sexual em sua vivência. Logo, a estrutura sexual participa da constituição antropológica do homem, i.e., o ser (vitimado de abuso e posteriormente compulsivo) é sempre ser sexual.

ii) Na contemporaneidade, é robusto o número de indivíduos que se definem pela orientação assexual – cerca de 1% da população, em inventários epidemiológicos (Bogaert, 2004). Reiteram que a assexualidade não é celibato: o celibatário, por razões próprias e deliberadas, escolhe restringir sua sexualidade; o assexual, por sua vez, já não pode se postar sexualmente – ainda que possa vivenciar sentimentos românticos, não sente que pode se comportar sexualmente diante de um outro. Em vocabulário merleau-pontyano, a assexualidade é questão de *recusa*. Recusa como afastamento de uma significação ou de uma região da experiência; recusa como ato da consciência, tal qual o esquecimento de alguém que não se quer ver como certo modo de relação intencional com a recordação: é possível ignorar algo ao mesmo tempo sabê-lo. A escolha celibatária é um ato da vontade, na medida em que supõe um campo de possibilidades entre as quais se elege; a recusa assexual à sexualidade

implica o desabamento do próprio campo de possibilidades sexual. Ora, não nos furtemos de reprisar o fechamento do parágrafo anterior: a assexualidade só se fenomeniza em uma estrutura sexual a priori – o ser deve poder-ser sexual para ser assexual. Logo, a estrutura sexual participa da constituição antropológica do homem, i.e., o ser (assexual) é sempre ser sexual.

A postura assexual, logo, pode ser acolhida como *afirmação de uma negação*. A linguagem que se autodeclara assexual traduz positivamente a negatividade da vivência sexual; simultaneamente, a negação da sexualidade como recusa reafirma o ser sexual. A resultante última deste procedimento é a própria motivação da crescente histórica da assexualidade: a aquisição da identidade assexual como identidade coletiva, posto que a estabilidade identitária no tempo depende de um movimento dialético de afirmação individual em relação aos pares, i.e., à comunidade interpessoal.

*

A tradição não rechaça a inovação, a inovação jamais supera a tradição. No interior da dialética entre o velho e o novo – em que passado e futuro exprimem o intransponível movimento temporal da existência –, este artigo original intenciona prestar contas aos arquivos pregressos da fenomenologia do ser sexual, cuja inscrição máxima reside no capítulo V da *Fenomenologia da Percepção*, de Merleau-Ponty, enquanto projeta contribuir para vindouras produções em psicopatologia fenomenológica. Afinal, o campo da sexualidade humana é teia epistemológica que alcança e une os fios das teorias científicas explicativas, da literatura, da filosofia e da psicopatologia implicada à clínica em saúde mental e sexual.

Na medida em que a literatura se embebe da vida para inventar a própria vida, J. não poderia ser mais humano.

The Foundation of the Sexual Being

The phenomenon of sexuality is inextricable from human history on Earth. The attempts to understand it are as varied as are the possibilities of being in the world. One of the methods to study sexuality, as a concept related to erotic-amorous empirical motions, is through the diversity of sexual experience – in this case, pathological sexual experience. Rooted in the human potentiality for expressing sexuality in a world of relations, sexual pathology has intrigued and challenged the subjects – ultimately sexual subjects themselves – across multiple fields of knowledge. Therefore, before setting out on an investigation into the possibility of being sexual, which is inherent in the general condition of being (a matter for ontology), it is necessary to shine a light on some corners frequented by the human curiosity about sexuality (a matter for the bodies of knowledge occupied with human contingency, from theoretical to aesthetic models). In these corners dwell the pathological categories of sexuality (a matter for psychopathology). This article focuses on an epistemic dipole whose components could not seem more disparate: Western science from the late 19th and early 20th centuries and contemporary Japanese literature.

Between neurosciences and psychoanalysis: modern theories of sexuality

Human sexual pathology has historically occupied an inter-theory place.

In 1886, German psychiatrist Richard von Krafft-Ebing published *Psychopathia Sexualis*, the seminal work for the psychiatric study of sexuality. The work is an extensive taxonomic classification of the so-called deviant sexual instincts and behaviors (deviant from the social norms of the time, embedded in its historical context). The categories of anomalies are grouped according to their organic or psychic origin. First are described the “spinal neuroses,” which correspond to physiological pathologies related to the sexual phases of male erection and orgasm. Then, the “cerebral neuroses” are postulated: (i) anesthesia and its opposite; (ii) hyperesthesia, i.e., the primary disturbances of the sexual instinct, which may be lessened/absent or increased; (iii) paresthesias, which served as the model for the current so-called paraphilias (a label for non-conventional sexual experiences according to the criteriological framework of contemporary psychiatry) or sexual perversions (according to the well-established jargon of the psychological sciences that explain human

behavior); and (iv) paradoxia, which consists in unexpected manifestations of sexual behavior in age groups deprived of physiological substratum for such, i.e., childhood and old age. Krafft-Ebing's terminological formulations for his categories have the Greek word *aisthesis* as their center of gravity, placing corporeal sensoriality as a determining factor in the polyphony of sexual experiences. Not by chance, this is the same element that colors the current (neuro)scientific view of human sexuality.

Psychopathia Sexualis can be characterized, on the one hand, as a classic bastion of moral psychiatry, since its descriptions of pathologies were meant to be used by law enforcement. After all, Krafft-Ebing put pen to paper to be read by the legal experts of his time. His work adopts a dualistic-organicist approach, taking the body-mind separation as a premise, so that organic functions prevail over the psychic ones as determinants of human behavior. It is important to note that *Psychopathia Sexualis* was published in the historical context of Auguste Comte's scientific and moral Positivism, a movement whose banner propagated not only the enthusiasm for the explanatory scientific method, faithful to the alleged supremacy of the axiomatic model of natural sciences, but also a conservative agenda as society's moral guide.

On the other hand, Krafft-Ebing's book points to a clinical elaboration of the misfortunes of sexuality that is based on the human body's physiology. Other theoretical constructs contemporary to Krafft-Ebing's work, such as that by English physician Havelock Ellis, also adopted this physiological approach. In writings from the late 1890s, Ellis characterized human sexual response according to the phases of tumescence and detumescence, which correspond to upward and downward psychophysical vectors. These phases are like on/off states of parts of the body and the spirit in actions of sexual nature. This characterization follows the same epistemic line that underpins the current neurobiological models of sexual response: the male sexual response cycle (described in 1966 by Masters and Johnson, and modified by Helen Kaplan in 1979) and the female sexual response cycle (proposed by Rosemary Basson in 2001, with an expansion of the debate on female sexuality in all its complexity). This theoretical line is ultimately anchored in the empiricist epistemological model, which favors praxis and regards experience, understood as information from the external world that reaches the senses of the human body, as the source of knowledge.

In 1905, Sigmund Freud published *Three Essays on the Theory of Sexuality*, which inaugurated his discussions on the sexual character of human experience throughout life. Although not scientifically groundbreaking, as positivist-empiricist science was already looking into the causes of sexual pathology and into the human anatomo-physiological sexual apparatus, psychoanalysis is distinctive for giving sexuality center stage in a theory of clinical basis and anthropological reach. However, by bringing psychosexuality front and center in the explanation of the general phenomena of human experience, psychoanalysis succumbs to the fate of all explanatory sciences: being reducible to a theoretical model (founded, in this case, on symbolic representation) and, thus, being secondary to immediate reality. Psychoanalysis must not, nevertheless, be stripped of the undeniable epistemological merit of turning a critical and comprehensive eye to the existential possibilities of sexual experience.

In the abovementioned work, Freud takes the observation of pathological cases as an access way to and evidence of pathological sexual experience. As a reference point, he formulates his own concept of perversion: “a disposition to perversions is an original and universal disposition of the human sexual instinct and (...) normal sexual behavior is developed out of it as a result of organic changes and psychic inhibitions occurring in the course of maturation” (p. 97). Two core characteristics of the Freudian metapsychology can be inferred from these lines: (i) there is an originary connection between pathological sexual experiences and the totality of an individual’s sexual possibilities, which are in turn coupled with the generality of the human spirit, riddled with sexual instincts – in other words, there is a connection between sexuality and existence; (ii) this connection is causal, as psychoanalysis is an explanatory theoretical model in which individuals’ sexual history supports their network of experiences.

Hence, the eruption of adult sexual experiences would essentially result from the integrity of – or the obstacles in – the process of sexual development (i.e., sexual maturation). To Freud, sexual experience can be symbolized by a river whose stream may either flow unimpeded, following its natural course, or face interruptions and detours. Psychoanalytic psychopathology is precisely categorized according to the typical architecture of these possible courses. It would be possible, therefore, to assume an interchangeability of signification or, at least, an almost complete overlapping between sexuality and existence. This is where the theory of character

developed by Freud in *Three Essays on the Theory of Sexuality* points to: “What we describe as a person’s *character* is built up to a considerable extent from the material of sexual excitations” (p. 104). Since personality would be the product of a psychic construction using (psychosexual) experience bricks, the metapsychological theory of representation may be epistemologically conceived of as intellectualistic, as it points to the supremacy of the functions of the human psyche, which are arranged in the segmentary geography of conscious-unconscious.

In the sexual experience continuum, modern individuals have endeavored to formulate theories capable of explaining the phenomena they observe and feel. Under an Enlightenment dualistic view, they have assigned the causal determinant of (normal or pathological) sexual behavior either to the body or to the psyche. They have never, however, turned their eyes to the very foundation of sexuality, to the a priori foundation of sexual experience, to everything that ensures the anthropological condition of being. It is necessary, therefore, to forge the *sexual being* in the deepest layers of human experience – whose ontological map we consider to have already been drawn. But before exploring it carefully, let us sail across the globe aboard the literature vessel.

***Sexual Humans*, by Kenzaburo Oe: sexual existence in literature**

In the interconnections between art and life as regards human sexuality, the novel 性的人間 (*seiteki ningen*), published in 1963 by Japanese writer Kenzaburo Oe, is of special interest. The title translates freely as “Sexual Humans” or “Sexual Beings,” although a published translation has titled the novel “J,” after its protagonist. J is a sexual pervert who, along with the clique that orbits around him, finds himself in scenes and settings exuding sexual notes that are intensely libertine, irresponsible, and even unethical. Along the story, these characters are always described through their sexual aspects, in an attempt to link the seclusion of their pathological sexual existence (which renders them incapable of true fulfillment in the World of Life) to elements of the cultural existence (in particular, the social malaise of decadent postwar Japanese society) and to the very human condition as a whole. The following are some examples with verbatim quotations:

(i) About J, facing the challenge of getting his life back on track after the suicide of his first wife: “After the death of his first wife, he’d become incapable of dealing in any way

with the real world. Instead, he became even more firmly attached to his private sexual microcosm, like an oyster clinging to a rock. That, he felt, was the one road to meaning in his life.” (e-book location 1420);

(ii) About Keiko Sawa, the young, immature jazz singer with whom J has an extramarital affair: “If this eighteen-year-old had a single quality that made her human, it was her exhibitionism.” (e-book location 1171);

(iii) About the poet going down the slippery slope of harassing women in the public transport with increasing cruelty to compose a visceral lyric: “Is this boy really a *chikan*?² Is he maybe somebody who can’t help but be a pervert?” (e-book location 1791).

More than simply describing people based on their sexual profiles – which is not trivial and indicates the large portion sexuality occupies in the consciousness –, the narrative ingeniously points to deeper layers of understanding, the pillars of sexuality in the whole of human existence. One example is the excerpt that inquires into the genesis of the sexually perverted disposition in J’s consciousness:

One morning, J had decided to become a *chikan*. He had felt very far from the sexual world and had wanted an anti-sexual form of self-punishment, as it were. At the same time, he was driven by a certain sexual excitement, a violent hunger. But at the time of that first conversion, he wasn’t really aware of the two-headed sex monster that lived inside him. (e-book location 1948)

In this passage, Oe, a novelist with a vocation for philosophy – and a humanistic one at that –, pursues the problem of the efficient cause of the exercise of sexuality. Would it be the product of negotiation and verdict by the consciousness, like a solution reached by common accord between each one of its parts and between its parts and the whole of the body, as empiricist or intellectualist theories of sexuality propose? Or would it be pre-reflectively present in the human ontic structure, in other words, tied to the anthropological condition itself?

It is not a stretch to say that the psychic density of Oe’s characters gives rise to phenomenological-existential questions in his text. A first example can be found in the following reflection by the daring, public-transport frequenter poet:

² Japanese word meaning “pervert, sexual molester, groper, masher.”

If death were the only thing that revealed the meaning of life, I'd want to die as soon as I could. If running the risk of being arrested is one of the intrinsic characteristics of the deviant, then whoever excludes that element can't be a true deviant. He's a fake. In the end he's nothing at all. He'll get bored and fed up with it. (e-book location 2115)

From between the lines of this passage, a modest argument can be extracted, which in turn can lead to a bold and far-reaching conclusion: the legitimacy of the pathological sexual experience, i.e., the molesting act, hinges on the realization of the molesting being's essence. This essence is located in the shared world and is phenomenically manifested by a judgment of inadequacy, expressed in the legal delimitation of a crime that is socially sanctioned and punishable by incarceration. Ultimately, this essence is tied to the very structure of being in the same way as it is death that gives meaning to life – remember that, according to Heidegger in *Being and Time*, Dasein is always being towards death. There must therefore be a region of being that is sexual.

Additionally, an aspect of Kenzaburo Oe's biography may explain the detection of phenomenological-existential brushstrokes in the painting of *Sexual Humans*: the author is a graduate in French literature from the University of Tokyo. West and East thus meet in an iconic Japanese author who was forged in the postwar European existentialist set of ideas but remains faithful to his Nipponese roots in his writing. Oe's sexuality-linked existential questions, so abundantly present in his story, may be suspected to have inhabited the French collective imagination as early as the interwar period. In addition to these secondary aspects, there is one core aspect regarding the fusion of the ontological concepts implicit in Oe's narrative and 20th-century philosophical literature: sexuality (understood as sexual possibility) is essentially tied to the human anthropological condition. In sum, the *sexual being* must be founded.

The primary phenomenology of the sexual being

The phenomenological foundation of the sexual being takes place in chapter 5 of Merleau-Ponty's *Phenomenology of Perception*: "The Body as a Sexed Being." Dated from 1945, this work is chronologically situated after the explanatory theories of the late 19th and early 20th centuries and before young Kenzaburo Oe's literature. More than just drawing connections between the conceptual tables that had addressed this

topic, Merleau-Ponty's text, as part of an emblematic opus of transcendental phenomenology, instills philosophical rigor into the debate on human sexuality – to the extent of establishing it as the gravitational center of this debate, as hypothesized here. Note that the meaning we wish to assign to the term *foundation* is bivalent: (i) *historically*, it means the inception, the premiere of a thematic approach – or, at least, the inauguration of a specific territory for the discussion of a current topic; (ii) *epistemologically*, it means the underpinnings, the basis of an object of thought or concept. That said, any understanding of the sexual being that is intended to be applicable in any field of rational knowledge (and by this we mean the very possibility of instantiation of sexual, erotic, and amorous experiences, whether conventional or not) must deal with the famed chapter 5. A critical reading of this text will therefore be carried out now, with respect for its form and content. When necessary, additional material will be adduced, such as original arguments, clarifying commentaries from the rarefied pre-existing phenomenological literature, or varied examples pertaining to the substance of the sexual being.

As said, *Phenomenology of Perception's* chapter 5 at once inhabits and expresses phenomenology's lineage through a methodological move of “reinsertion of essences into existence.”³ In the process of building a “phenomenology for us,” an endeavor that pervades his entire oeuvre, Merleau-Ponty deals with the existence of objects for us, occurring in space and perceived through the body – in contrast with the reality of objects in themselves, a formula from a preceding *cogito* philosophy. Particularly interesting here is the affective-sexual domain, which constitutes a segment of experience that is real and meaningful only for us; in other words, which exists only inasmuch as it is experienced by a subject in a relation. This is the first reference to sexual experience as a region of total existence, as a decisive element for the *hermeneutical* delimitation of the sexual being as vestige and presence of the being in general. With this, Merleau-Ponty can state the general objective of chapter 5, which, just as it contributes to structuring a general phenomenological method, opens up the distinctive and essential possibility of being as a sexual being: “Let us attempt to see how an object or a being begins to exist for us through desire or love, and we

³ To understand better the philosophical locus Merleau-Ponty assigns to phenomenology, see the preface to the *Phenomenology of Perception*.

will thereby understand more clearly how objects and beings can exist in general.” (p. 156).

According to current scientific models, affective-sexual life is understood as a mosaic of affects (whether instinctive or reactive) explainable through the organization of the body, that is to say, either according to representations of ideas (intellectualist theories) or according to neural pathways (empiricist theories). Consequently, the concepts of sexuality emerging from these theoretical systems necessarily keep some distance from direct affective-sexual experience, as they are secondary to it. In this way, Merleau-Ponty enters the classic dialectic of producing theoretical knowledge out of experience (empiricism versus intellectualism), but he soon exits it. Note, however, that he does so not to present himself as atheoretical, but to place his philosophical apparatus (immediate to experience through perception) beyond all theory – or rather, prior to the very possibility of theoretical elaboration. It can therefore be said that affectivity is not usually considered an *original mode* of consciousness – and this is formally the driver of the epistemological revolution of the sexual being. As an example of the need to transcend the explanatory model of sexual experiences, the philosopher advances the argument of unfortunate Schneider’s “sexual inertia.” Schneider is a war casualty recurrently referred to in *Phenomenology of Perception* as the prototype of the individual disabled by cerebral lesion. If the organic theories of human sexuality were satisfactory – which is contradicted by empirical data –, a liberation of sexual behavior should be expected (deduced from the hypothesis of a short-circuit of the touch and pleasure neural pathways) rather than the observed retraction of the sexual cycle. Schneider, after all, no longer feels aroused when placed in intuitively sexual contexts; he may even manifest presumable bodily reactions, such as an erection, but they are devoid of any sexual significance.

It is in this wake that, based on pathological sexual experience, Merleau-Ponty diachronically lays the foundation stone of the structure of the sexual being:

Pathology reveals a living zone between automatic reflexes and representation in which the sexual possibilities of the patient are elaborated (...). There must be an immanent function in sexual life that guarantees its unfolding, and the normal extension of sexuality must rest upon the internal powers of the organic subject. There must be an Eros or a Libido that animates an original world, gives external stimuli a sexual value or signification, and sketches out for each subject the use to which he will put his objective body. For Schneider, it is the very structure of erotic perception or experience that is altered. (p. 158)

In other words, the objective body – the hub from which emanate the various theories of sexuality presented here under the empiricist-intellectualist dichotomy –, integrated into the emotional totality, is subtended by a sexual schema, which is revealed in erotic experiences appertaining to the physiognomic-aesthetic surface of the world of relations, and which is emphasized and condensed in the genital organs and erogenous zones. In the patient, “perception has lost its erotic structure both spatially and temporally” (p. 158). Such structure must be considered as “a mode of perception that is distinct from objective perception, a genre of signification distinct from intellectual signification, and an intentionality that is not the pure consciousness of something.” (p. 159) In the jurisdiction of erotic perception, understood at last as *original intentionality*, desire brings one body together with another in the world.

In *Phenomenology of Perception*, Merleau-Ponty puts forward his canonical formulations of the sexual structure, which precede any objective knowledge of sexuality. Later on, he would have to uphold his argument in favor of the originality of the sexual being amid the diverse possibilities of being in the world, i.e., amid everything that sets individual sexual possibility apart from all other historical possibilities of intraworldly significance. In this interim, he opens up a direct dialog channel with psychoanalysis. The philosopher maintains that Freud would have been able to reintegrate sexuality, previously reduced to the biological functions of the organic body, into the human being. Thus, psychoanalysis, which is the epistemological reference framework for studying human sexuality, rather than negating phenomenology, corroborates it. By giving prominence to an individual’s sexual history (i.e., by taking the sexual symptoms of the individuation process as the psychopathological basis of neuroses), one accepts a tenet dear to phenomenology: people project in sexuality their way of being in the world.

The reference to the psychoanalytic artifice of locating in the sexual development the causal elements of existential success and failure prompts Merleau-Ponty to ask a pair of questions that are crucial to the phenomenological understanding of the type of connection between sexuality and existence. And although this understanding does not solve the issue of the foundation of the sexual being, since the phenomenological method is defined by a perpetual state of motion, it at least points to it. In sum, does the generalization of sexuality by psychoanalysis entail that (i) existence as a whole has sexual signification? – or that (ii) every sexual

phenomenon has existential signification? If question (i) is answered affirmatively, then existence should be synonymous with sexuality; but if (ii) is true, then a failed sexuality should entail a fully failed existence. Neither of these alternatives seems to be fully satisfactory, hence there must be another way of addressing the problem. According to Merleau-Ponty, “sexuality cannot be submerged in existence, as if it were merely an epiphenomenon.” (p. 162). The question, then, is of investigating sexuality, and even attempting to define it, as a *privileged sign*. In other words, there must be investigated the relation of reciprocity (ultimately of linguistic nature) between carnal and psychic experiences within sexuality.

This is the ideal driver for the emergence of psychopathological practice in chapter 5 of *Phenomenology of Perception*. Although Schneider’s behavior was referred to as a preliminary instance of psychopathology within the text, it is only at this point that we believe to have enough elements to really bridge the gap between clinical practice and ontology. This raises the question of whether it is reasonable, in a philosophical work, to base ontological knowledge on empirical data. In order to answer it, some aspects of Merleau-Ponty’s psychopathology must be examined. The Merleau-Pontyan phenomenology assigns psychopathological constructs a broader role than their instrumental use, which is that of presenting cases of abnormal perception as mere counterexamples to normal perception. The author is, thus, interested in accommodating the psychopathological forms of human experience within a more general phenomenological project (Fernandez, 2019). Otherwise said, Merleau-Ponty’s psychopathology proceeds in the opposite direction to that of traditional phenomenological psychopathology. While this latter is interested in the rigorous application of the philosophical-phenomenological method to the psychopathological experiences observable in therapeutic practice, Merleau-Ponty’s system incorporates psychopathological science into the foundation of a rigorous philosophical program capable of broaden the static, essential and universal definition of consciousness, as postulated by Husserl’s transcendental phenomenology. As a consequence, Merleau-Ponty’s procedure makes it possible to conceive the essence of a particular structure, namely the sexual structure, as a step on the way to unveiling the being in general. It is necessary now to examine, as does the philosopher by presenting an exemplary case of psychological practice, the *conditions of possibility* of that particular structure, so as to ensure its original signification status among the possibilities of existence.

Merleau-Ponty introduces his reader to a girl who is forbidden by her family to see again the young man she loves. As a result, she develops aphonia. This is a remanifestation, because she had lost her voice before, also in the wake of a traumatic event. Through a psychoanalytic lens, this panorama – as event, repetition, and trend – would appear to have resulted from a biographical immobilization during the oral phase of psychosexual development. In other words, the occurrence of a symptom in the course of a biography (i.e., an empirical existence) must have sexual signification assigned to it. From a psychoanalytic perspective, the relationship between aphonia and sexuality is extrinsic – linguistically speaking, the sign is separate from its meaning – so that the latter functions as an explanation of the former. Merleau-Ponty in turn, intent on repositioning the sign-meaning relationship in a phenomenological fashion to reveal it as intrinsic (an intent pervading all his work), resignifies aphonia as “refusal of coexistence.” The relationship of signification, therefore, would be but a gestalt relationship of expression through which the sign expresses its meaning: aphonia *expresses* refusal. By looking at speech as a phenomenon of coexistence, it is possible to see the connection between the deliberate veto on the exercise of love and the preconscious veto on the act of speaking. Given that the sexual signification of existential symptoms, according to psychoanalysis, suggests a connection between the symptoms and the fundamental dimensions of existence, being aphonic is more than not wanting to speak: it is not being able to speak. After all, the refusal to speak can only occur in a world of sedimented meanings that is preconditioned by *intersubjectivity*.

Similarly, in the sphere of direct sexual communication, being impotent means not being able to actualize the potentiality of the sexual being. This is distinct from refusing to have sex for lack of attraction. The individual in a marital conflict who is unable to have an erection with his spouse bases this inability on an act of consciousness that means his refusal of the marital relation within a given condition of intersubjectivity – after all, Merleau-Ponty states that “the patient is never absolutely cut off from the intersubjective world” (p. 167). Conversely, in the sphere of normal sexual experiences, intersubjective expression erotically opens one person to another in the physiognomic-aesthetic stratum of the world (Zutt, 1974). It then blooms in courtship, which is the formalization of the ceremonial stages of engagement between sexual subjects, on the way to increasingly intimate levels of interpersonal availability. Finally, it culminates in orgasm, the resolution of the hedonic encounter, the state of

maximum dialectic potency in the fusion of bodies and, in the overflowing beyond material bodily boundaries, receptiveness to the other (Becher & Hortêncio, 2022).

Guided by the principle that psychopathological practice foretells and instrumentalizes therapeutic practice, Merleau-Ponty asserts that only interpersonal reconciliation, rather than the cognitive unveiling of the origin of the pathological manifestation, is capable of putting an end to the patient's sexual impossibility. In sexual psychotherapy, Merleau-Ponty's assertion proves effective for the treatment of an individual who is sexually interested in prepubescent children but incapable of performing his sexuality with his coevals. The restitution of his sexual manifestations to normal and conventional ways is carried out through the re-establishment of mature interpersonal bonds rather than through the revealing to the consciousness of the infant inhibitions that held back his fully psychosexual development. This revealing may even play a part in the psychotherapeutic process, particularly as a relational mode of the full exercise of reflexivity – in conformity with adult consciousness – between patient and therapist. Both the “symptom” and its “cure” are, thus, located further below objective consciousness.

To Merleau-Ponty, existence has meaning because it is *embodied* – the body symbolizes existence because it realizes and, at each time, actualizes it. As center of the intraworldly network of connections between subjects and objects, the body acts as a mediator of the existential “systolic and diastolic movement” (p. 167), i.e., as an intermediate of spatiotemporal movements of openness to the other and movements of a closedness that is both anonymous and never complete in itself. The structure is realized in and through the body as long as it persists through time and is thus allowed to mature. In diseased individuals, the body is the existential impediment to their temporalization and prevents them from moving towards maturation. Conversely, the healed body is the channel through which existence rediscovers its situation state, like a thawing river flowing again towards its mouth. In this sense, the sexual being never fully becomes “an object in the world” (p. 168). This is the hallmark of Merleau-Ponty's phenomenological method as far as reduction quality is concerned: reduction is necessarily incomplete. A condition can therefrom be inferred of the realization of the intersubjective sexual structure: it is realized in a body that houses it and makes it possible, which is a sexual body insofar as it circumscribes its correlate physiological and anatomical apparatus (from the erogenous periphery to the nervous center),

without ever being reduced to it. This is what characterizes, in sexual psychopathological practice, the specificity of the sexualized relation with a fetish object to the detriment of the sexual interaction with an animate body. Because sexual possibility is inherent in the being, the being is capable of sexually attaching itself to any object of the physical world. Psychopathological fetishistic experience can, therefore, exist as a complement to interhuman sexual experience, which occurs between bodies that embody consciousnesses arranged in temporal interrelationship. In sum, corporeal existence can be taken as the foundation of the very possibility of presence in the world, that is, as “our primary pact” with it. (p. 168) And it is through the body, which is always a sexual body, that we are doomed to be, in such a way that, at every moment, the body expresses existence – in a relation of signification, according to Merleau-Ponty.

After presenting the *intersubjective* and *corporeal* conditions of sexual existence, and building into them a spatiotemporal apparatus, Merleau-Ponty concludes his argument about the existence-sexuality relationship and its modes: “The same reason that prevents us from *reducing* existence to the body or to sexuality also prevents us from *reducing* sexuality to existence.” (p. 169) If the body is viewed as a metonym for existence, then the dialectic between the I and the other, as a tension between parts that never cease to move towards each other, operates similarly to the dialectic master-slave, just as it was postulated by Hegel in *The Phenomenology of Spirit*. In other words, to have a body is to be able to be viewed as an object (the other is my master) as well as it is to seek to be viewed as a subject (the other is my slave). Still otherwise said, psychopathological corporeality is shed light upon by the ambiguity between the objective and the subjective bodies. While the objective body, empirically studied by natural sciences, reacts in accordance with sexual response cycles and is susceptible to being fetishized, the subjective body, studied by metaphysics, houses the sexual being and is capable of erotic satisfaction. This forms also the basis for the psychoanalytical maxim of the totality of sexual experiences, which are realized in the body and depend on its metaphysical structure. As Foucault’s biopolitics would advocate, sex is power if and only if sex is the ability to be.

The conclusion Merleau-Ponty subsequently draws is that sexuality is neither transcended (i.e., submerged in the general drama, a mere symbol of existence) nor represented (i.e., totalized as a concatenation of unconscious representations); “it is

continuously present in human life as an *atmosphere*.” (p. 171, emphasis added) Therefore, sexuality is somehow always the *background* of existence, and it can turn into *figure* as soon as it is triggered by a stimulus – the genital reaction, i.e., the entrance into the physiological sexual response cycle, is the bodily signal of that transition. This is the reason why “sexuality can motivate privileged forms of my experience without being the object of an explicit act of consciousness.” (p. 172) Merleau-Ponty can thus state that sexuality is coextensive with life, i.e., where there is vital kinetic energy, there is always sexual potential energy. He then proceeds to state that “there is osmosis between sexuality and existence.” (p. 172) The indetermination of existence, which casts itself transcendently toward a general meaning, allows for sexual situations to acquire a more general signification – existence never surpasses sexuality, i.e., it never overcomes the dialectic tension that defines sexuality. A person without sexuality can only be an abstract conception, as there is no human bodily organization (organism) devoid of sexual apparatus and function. Empirical humans have an essence that has sexuality as a fundamental possibility, and it is in sexuality, just as in all their other vital functions, that they continuously realize and actualize themselves.

The *sexual being* has been woven as a text: final touches on the sexuality-existence relationship

We have so far presented an accurate view of the path we understand has led to the institution of the sexual being in phenomenology as a philosophical field. In the process, we have consequently exposed the foundations of the concept of sexual experience diversity in the empirical and theoretical fields of study that deal with sexuality – much like a dress lining, which allows to recognize the semi-finished piece as a dress. We are now going to stitch on some authorial conclusions about problems that insist on sticking out, like unruly threads, from a cohesive fabric.

In the original blueprint of *Phenomenology of Perception*, Merleau-Ponty finds the sexual being as if by circumstance, only to subsume it, at the apex of his philosophical élan, under the essentiality of being. That is to say, aiming to delve into sexuality (sexually significant content) and link it to the general meaning (form) of existence, Merleau-Ponty baptizes the phenomenological apprehension of sexual

experience. It is a matter of incorporating sexuality into the general project of submitting human contingency to phenomenological scrutiny, as a clause of necessity of existence itself (Fernandez, 2019). After all, Merleau-Ponty's foundation of the sexual being does not lend itself to the postulation of a new theory of sexuality. If anything, he concerns himself with reframing it as part of a philosophical endeavor of returning to phenomena. This is done to lay the groundwork for a rigorous investigation into sexual experience, carried out by demonstrating the so-called "prejudice of the objective world," the conceptual gaps left by the illustrious scientific endeavors that preceded him.

In short, the *sine qua non* condition of possibility of sexual experience is *intercorporeality*. It has long been known that the meaningful totality of existence is realized and unfolded into an aprioristically intersubjective and corporeal mesh. (Just have in mind Husserl's *Fifth Cartesian Meditation*, dated from 1931, which affirms transcendental intersubjectivity, i.e., that corporeal subjectivity belongs in intersubjectivity.) This means that an original area of existence shares the same requisites for being as existence as a whole. Hence, would defining sexuality be but an artifice of language to approach existence, under which sexuality is subsumed? Or would it mean that chapter 5 can be read as just a mirror of *Phenomenology of Perception's* other parts, as if they were equivalent emblems surrounding a central argument in favor of existence in general? In order that the strands that ensure the typicality of human sexuality do not come off the phenomenological mesh, our ultimate philosophical task should be to integrate the fragments that constitute the quality of the connection between sexuality and existence – condition for the emergence of the sexual being. Not that there is any consensus in this respect in the classic and contemporary phenomenological literature.

In *The Case of Jürg Zünd*, the only work in the tradition of phenomenological-structural psychopathology to allude to sexual themes, Ludwig Binswanger categorically states that sexuality is "subsumed under Dasein's whole structure." By applying the Daseins-analytical method to one of his emblematic schizophrenic patients (who, in the course of his disease, manifested pathological sexual experiences), Binswanger distances himself from the psychoanalytical theory in that he restores sexuality to the sphere of human experience. However, he does not take the same approach as Merleau-Ponty, who understands sexuality as an original mode

of consciousness. Instead, Binswanger relegates it to the status of a theme among other themes, that is, an ordinary countenance dependent on a substance – human existence.

Martin Dillon, in turn, in an article as concerned as this one with reading chapter 5 of *Phenomenology of Perception* as a possible phenomenological basis for sexuality, considers Merleau-Ponty's writings unsatisfactory (Dillon, 1980). Although the philosopher is successful in dethroning Freud's theory of sexuality as a privileged access way to this subject – if not the only one among the psychological sciences – he fails, in Dillon's view, to offer a positive conceptualization of sexuality. This would be due to the “principle of indetermination” (between the terms of a relationship). According to Dillon, such principle permeates Merleau-Ponty's argument, making sexual and existential signification indistinguishable – because equivalent – and therefore *reciprocally* expressed. Sexual manifestation would, therefore, be ultimately connected to every and any phenomenon – thus making sexuality the study object of every and any science – in an existence that cannot be compartmentalized.

Even though Dillon's stance is opposed to ours, he deserves credit for clarifying the type of connection existing between sexuality and existence, so as to determine the possibility and quality of the sexual being in relation to the being in general. We can, in the end, abide by the maxim also espoused by Dillon: the signification link can only be established through *foundation* (in the sense of the German term *Fundierung*), which entails a hierarchy between the terms of a relationship. In other words, it can only be established through the anchorage of one of the parts, of that which is (verbally) expressed in the phenomenon, in what appears. The act of saying “I love you” is based on the experience of love, and the understanding of the terms expressed in that act is based on the historical and cultural sedimentation of the amorous phenomenon. This gives rise to the possibility of defining sexuality through existence, as a specific region of it: culture is permeated by pre-reflective sexual signification. The foundation of the sexual being is carried out linguistically, in the same fashion as in *Phenomenology of Perception*. Therefore, rather than contingent, the sexual possibility of existence is essential, and Merleau-Ponty demonstrates this through psychopathology, through the instantiation of the empirical into the eidetic, in a hermeneutic procedure. The sexed body is, after all, the origin and the evidence of the sexual signification of existence.

Concepts in practice: the contingencies of human experience as evidence of the sexual structure of being

As origin, evidence of, and access way to the foundation of the sexual being in co-corporeal existence, sexual pathology points to existential pathology. Analogously, the human contingencies invested with (pathological or not) sexual signification do nothing but unveil the sexual structure of being, on which they are based. In the sequence, we will describe two representative situations that come from the world of life and at times translate into clinical experience. As occurs in psychopathological practice, from description to structural comprehension, these situations are more than mere exemplifications: they are the very motivation for the writing of this article. Although they have not been dealt with by Merleau-Ponty, we believe they can be analyzed in the light of his concepts. We will thus come full circle and finish where it all started.

(i) A middle-aged male individual with a sexual compulsion seeks help at a health care facility. Besides recounting his self-reported excesses in solitary sexual experiences, and insistently seeking to share these experiences with every sort of companion, he declares that “everything points to sex” without ceasing. In the course of his interview, he reveals having been subjected to repeated sexual abuse as a child, “I was introduced to sex before even knowing what it was, what it meant.” This case showcases a frequent element in human sexual psychopathological practice: the correlation between sexual abuse in childhood and sexual compulsions in adulthood. We will not shy away from advancing a phenomenological hypothesis for this phenomenon: it consists primarily in a precocious opening of the field of sexual experiences. This opening eventually assigns explicit sexual signification to pluripotent experiences, promoting a pervasive expansion of the possibility of erotic experience: the world of interactions becomes imbued with a sexual coloration. Therefore, as soon as the individual has reached physical maturity and developed a decision-making framework, the sexual signification of experiences becomes the preferred, more “at hand”, *modus operandi*. The human-other, downgraded here to a sexual object, is stripped of their complexity by the tyrannical, totalizing predominance of one region of consciousness, which colors the other’s identity like a drop of blood in a barrel of water, without ever dissolving into full realization. This process of diffusion of the sexual

signification of the world is experienced by the individuals themselves, who have their childhood, during which every human being is a sexual being in potentiality, hijacked by precocious sexualization, which actualizes the sexual being. Sexual compulsion can only be phenomenalized in an a priori sexual structure – the being must be able to be sexual in order to become preferentially and strictly sexual in its lived experience. Thus, the sexual structure takes part in the anthropological constitution of the human being. In other words, the being (victimized by abuse and, later on, turned compulsive) is always a sexual being.

(ii) Today, a significant number of individuals refer to themselves as asexual – around 1% of the population, according to epidemiological surveys (Bogaert, 2004). They maintain that asexuality is not celibacy. Celibates choose, for personal and deliberate reasons, to restrict their sexuality; asexuals, in turn, no longer can position themselves sexually – even though being able to experience romantic feelings, they feel unable to behave sexually towards the other. In Merleau-Pontyan terms, asexuality is a matter of *refusal*. Refusal as distancing from a signification or a region of experience; refusal as an act of consciousness, in the same way as somebody's forgetfulness, which we refuse to see as a certain mode of intentional relation with remembrance: it is possible to simultaneously ignore and know something. The option for celibacy is an act of will, inasmuch as it presupposes a field of possibilities to choose from, whereas the asexual refusal of sexuality implies the collapse of the very field of sexual possibilities. Let us now turn back to the conclusion of the previous paragraph: asexuality can only be phenomenalized in an a priori sexual structure – the being must be able to be sexual in order to be asexual. Thus, the sexual structure takes part in the anthropological constitution of the human being. In other words, the (asexual) being is always a sexual being.

The asexual attitude can be considered the *affirmation of a negation*. The language that declares itself asexual translates positively the negativity of sexual experiences. Simultaneously, the negation of sexuality as refusal reaffirms the sexual being. The ultimate result of this process is the very motivation behind the historical growth in asexuality: the take-on of the asexual identity as a collective identity, given that identity stability over time depends on a dialectical movement of individual affirmation in relation to one's peers, i.e., one's interpersonal community.

*

Tradition does not oppose innovation; innovation never surpasses tradition. Within the dialectic between old and new – in which past and future express the unsurmountable temporal movement of existence –, this original article intends to dialogue with the earlier literature on the phenomenology of the sexual being, the major exponent of which is chapter 5 of Merleau-Ponty's *Phenomenology of Perception*, and to offer a contribution to future studies in phenomenological psychopathology. After all, the field of human sexuality is an epistemological mesh conjoining strands from explanatory scientific theories, literature, philosophy, and the psychopathology pertaining to mental and sexual care practice.

As far as literature is nourished by life to invent life itself, J could not be more human.

Referências bibliográficas / References

- BASSON, R. (2001). *Human sex response cycles*. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 27, 33-43.
- BECHER, G. E., HORTÊNCIO, L. O. S. *Sexualidade: Uma leitura fenomenológica da perversão sexual*. In: TAMELINI, M. & MESSAS, G. *Fundamentos de clínica fenomenológica*. (2022). São Paulo: Editora Manole.
- BINSWANGER, L. (2009). Niemeyer, M. *O Caso Jürg Zünd*. São Paulo: Editora Escuta.
- BOGAERT, A. F. (2004). *Asexuality: prevalence and associated factors in a national probability sample*. *J Sex Res*, 41, 279-287.
- DILLON, M. C. (1980). *Merleau-Ponty on Existential Sexuality: A Critique*. *Journal of Phenomenological Psychology*, 11(1), 67-81.
- ELLIS, H. (1971). Ramires, P.P.C. *Psicologia do sexo*. Rio de Janeiro: Editorial Bruguera Ltda.
- FERNANDEZ, A. V. *Merleau-Ponty and the Foundations of Psychopathology*. In: BLUHM, R & TEKIN, S. (2019). *The Bloomsbury Companion to Philosophy of Psychiatry*. Bloomsbury, 133-154.
- FREUD, S. *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*. In: FREUD, S. Paulo César Souza. *Obras completas, volume 6: Três Ensaios sobre a sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905)*. (2016). São Paulo: Companhia das Letras.
- HUSSERL, E. (2012). Pedro M. S. Alves. *Meditações Cartesianas e Conferências de Paris*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- KAPLAN, H. S. (1977). *Disorders of sexual desire*. New York: Brunner Mazel.
- MASTERS, W. H., JOHNSON, V. E. (1966). *Human sexual response*. Boston: Little, Brown and Co.
- MERLEAU-PONTY, M. (2015). Carlos Alberto Ribeiro de Moura. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: WMF Martins Fontes Ltda.
- OE, K. *O Homem Sexual*. In: OE, K. Leiko Gotoda. *14 Contos de Kenzaburo Oe*. (2011). São Paulo: Companhia das Letras.
- VON KRAFFT-EBING, R. (2001). Claudia Berliner. *Psychopatia Sexualis (1ª ed)*. São Paulo: WMF Martins Fontes Ltda.
- ZUTT, J. (1974). Federico López Jiménez. *Psiquiatria Antropológica: Sexualidad, Sensualidad y Carácter*. Madrid: Editorial Gredos.